

## POLÍTICAS CULTURAIS E FESTAS POPULARES RELIGIOSAS BAIANAS

Caroline Fantinel<sup>1</sup>  
[fantinel.caroline@gmail.com](mailto:fantinel.caroline@gmail.com)

### RESUMO

O Brasil possui tamanha riqueza festiva que essa manifestação é das maiores – senão a maior, referência cultural deste país. São milhares de festas por toda a extensão nacional, com uma diversidade sem fim de significados. Na Bahia, essa relação parece ainda mais umbilical. Aqui, a tradição festiva caminha a passos concomitantes com a própria história do estado, em especial, a da sua capital e Recôncavo. A categoria das festas populares religiosas representa um espaço importante nesse contexto baiano-festivo. Neste caso, o exemplo de maior destaque é a Lavagem do Bonfim, considerada a maior festa popular religiosa da Bahia e a segunda maior festa popular do estado – atrás apenas do carnaval. Não à toa, em janeiro de 2014 recebeu do Ministério da Cultura o título de Patrimônio Imaterial Nacional. É uma manifestação que atravessa a história da cidade, remodelando-se continuamente frente a tantas adversidades e transformações presentes no curso da sua trajetória. Com a tendência contemporânea de apropriação da festa pelo mercado, torna-se cada vez mais urgente que se busque um equilíbrio saudável entre as duas naturezas que a compõe hoje – a sua diversidade cultural e a sua mercantilização. Um dos caminhos propostos para driblar essa situação é a criação e difusão de políticas públicas de cultura específicas, visando a compreensão da multiplicidade de dimensões das manifestações festivas; e a promoção da diversidade que carregam consigo. Inspirado por essa temática, a proposta deste artigo é investigar de que forma a Lavagem do Bonfim, representando a categoria de festas populares religiosas, é contemplada pelo campo das políticas públicas do estado. O objetivo é analisar o período da gestão do atual Secretário de Cultura, Albino Rubim (2011-2014), buscando compreender como o assunto foi discutido, planejado e executado neste período, bem como, investigar quais são as perspectivas de futuro para a tratativa ao assunto.

**Palavras-chave:** festas populares religiosas, Bahia, políticas culturais.

### 1. As festas populares religiosas na capital da Bahia

O ato de festejar acompanha intimamente a história do Brasil. As procissões e festas religiosas são as atividades urbanas mais antigas do país, sendo que, até o século XIX, configuravam-se como os acontecimentos mais importantes da vida social dos que por aqui viviam (Perez, 2002). Na Bahia não foi diferente.

---

<sup>1</sup> Doutoranda no Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade. Mestre pelo mesmo Programa. Graduada em Comunicação Social.

Na capital, Salvador, o primeiro dia do mês de novembro marcava o início do ciclo de festas religiosas populares, com o Dia de Todos os Santos. A partir daí, era o momento de preparar-se para acompanhar a sequência de festejos que movimentariam de forma intensa a vida social da cidade – Santa Bárbara, Nossa Senhora da Conceição da Praia, Santa Luzia, Natal e os reisados, Bonfim, São Lázaro, Sant’Anna<sup>2</sup> – ou seja, eram mais de três meses praticamente ininterruptos de fé e folia, que encerravam no Carnaval. Estas eram tidas como excelentes oportunidades de lazer, tendo em vista que até meados do século XIX, Salvador não contava com muitos atrativos culturais (COUTO, 2010).

Os preparativos para esta temporada festiva incluíam desde providenciar roupas novas, limpar as casas, enfeitar sacadas, ruas e igrejas, ensaiar apresentações e montar as barracas de jogos, comidas e bebidas. Também podemos considerar como parte da preparação o deslocamento das pessoas que procuravam casas para veranejar em locais próximos às festas – como era o caso do Rio Vermelho e da Península de Itapagipe, que estavam entre os mais procurados.

A recomendação da Igreja, nessas ocasiões, era para que a festa popular aguardasse a última missa da noite para começar. O objetivo, com esse pedido regulatório, era separar o momento sagrado de devoção do que se julgava ser profano. No entanto, pelo que observamos, essa linha divisória era visível e objeto de desejo apenas por parte do clero; os organizadores e participantes das festas faziam-na praticamente invisível. Pesquisadora do tema, Edilece Couto nos confirma isso com trecho do seu estudo, onde diz que, em dias de festa, “os banquetes nas barracas, os batuques, as rodas de samba e capoeira, os desfiles em carros alegóricos, as batalhas de confetes e lança-perfume e os banhos de mar ocorriam durante todo o dia.” (COUTO, 2010, p.171)

Essa carnavalização das festas católicas sempre foi uma característica forte no contexto baiano. E como diz Ordep Serra (2009), não há como duvidar da sinceridade

---

<sup>2</sup> Depois substituída pela Festa de Iemanjá – como conclui em pesquisa de doutorado, Edilece Souza Couto (2010). Segundo a autora, a desavença da Igreja com a comunidade do Rio Vermelho começou em 1913, pois o clero não aceitava as oferendas que os pescadores ofereciam a Iemanjá durante os festejos para Sant’Anna. Essa discordância só chegou ao fim nos anos 1960, quando a festa religiosa foi transferida para o dia 26 de julho, cedendo, então, espaço exclusivo para a Rainha do Mar no bairro dos pescadores.

da fé daqueles que, entre um gole e outro de cachaça, reverenciam o santo homenageado. Uma reportagem de 1937 do Jornal Diário da Bahia nos apresenta um exemplo real dessa situação. No trecho escolhido, fica claro o quão tênue já era essa linha entre o sagrado e o profano, nos idos da década de trinta. Além disso, temos aí o nosso próximo assunto a ser abordado – o sincretismo religioso presente nessas festas.

A preta Maria Melania Ribeiro da Silva que declarou ter 110 anos de idade, estava feliz e firme de vassoura em punho, dizendo que desde menina se habituava a lavar a Igreja do Bonfim. Depois do exercício que lhe matava as forças, a preta Melania foi até o armazém local a beber meio copo de cachaça, erguendo um viva a Oxalá que é o mesmo que o nosso Senhor do Bonfim em idioma nagô. (JORNAL DIÁRIO DA BAHIA, 1937 apud MENDONÇA, 2008, p.64)

Além da carnavalescação, as festas católicas baianas trazem na sua composição um traço muito forte da cultura local – o sincretismo religioso. O pesquisador Paulo Miguez (2002) aborda o assunto em sua tese e explica que, etimologicamente, sincretismo quer dizer ‘misturar junto com’, configurando-se como uma troca de influências recíprocas entre distintos. Entretanto, ele explica que, no caso do sincretismo ocorrido entre o candomblé e o catolicismo, o panorama muda – o que houve, nesse caso, foi uma ‘mistura sem acréscimos’. Isso porque os sistemas simbólicos de ambos são incompatíveis entre si. Enquanto o catolicismo pode ser considerado, restritivamente, apenas como religião, por ser “comprometida com uma economia industrialista vocacionada para a dominação universal”; o candomblé expande esse campo de atuação de limites apenas ideológicos – “o culto gegê-nagô tem motivações patrimonialistas de grupo, ecológicas [...]”. (SODRÉ, 1988 apud MIGUEZ, 2002, p.79)

Assim,

Ao associarem alguns de seus deuses, os orixás, com santos da religião católica, os negros não sincretizavam coisa alguma mas respeitavam (como procediam em relação aos deuses das diversas etnias) e seduziam as diferenças graças à analogia de símbolos e funções. (SODRÉ, 1988 apud MIGUEZ, 2002, p.79)

Essa estratégia de apropriação religiosa foi de suma importância para os escravos despistarem seus senhores e a própria Igreja a fim de conseguirem manter, mesmo que com o enfrentamento de tantas adversidades, o culto do seu sagrado. Certamente os esforços lhe serviram de fortaleza frente ao duro processo histórico a que foram obrigados a enfrentar. Ainda, Roger Bastide (1971) conclui que o “catolicismo negro foi

um relicário precioso que a Igreja ofertou, não obstante ela própria, aos negros, para aí conservar não como relíquias, mas como realidades vivas, certos valores mais altos de suas religiões nativas.” (BASTIDE, 1971, p.179)

Atualmente, em um contexto de maior liberdade religiosa, não é mais preciso travestir orixás com nomes e características católicas. Entretanto, por mais que hoje grupos de sacerdotes do candomblé, clero e intelectuais encabeçam campanhas com o intuito de separar totalmente as duas crenças – por não avaliarem mais como necessário esse sincretismo – a mistura já está feita e arraigada na memória coletiva do campo sagrado baiano.

Após esse breve panorama histórico, vale destacar que esse tipo de festividade continua atravessando a vida da cidade de Salvador de forma bastante acentuada até os dias de hoje. São inúmeras as festas populares baianas realizadas no contexto da religião. Assim, não é possível definir Salvador sem passar por esse conjunto cultural e festivo tão rico na sua pluralidade de influências, de composições e de complexidades.

## **2. A Lavagem do Bonfim**

Optamos por trazer um apanhado maior de informações sobre uma festa específica – a Lavagem do Bonfim. O motivo da escolha deve-se a sua importância, já que se trata da maior festa popular religiosa do estado da Bahia. Assim, ela se configura, neste texto, como um exemplo claro de tudo que foi caracterizado na seção anterior deste artigo.

Em Salvador, a devoção ao Senhor do Bonfim data de 1745, ano em que o Capitão de Mar e Terra português, Theodózio Rodrigues de Faria, atracou na capital baiana trazendo consigo a imagem do santo. Provisoriamente, a imagem foi colocada na Igreja de Nossa Senhora da Penha e Senhor da Pedra de Itapagipe de Baixo, em Itapagipe, na Cidade Baixa. A chegada da imagem neste local já se configurou como uma grande festa religiosa, atraindo muitas pessoas que logo começaram a organizar a devoção para o santificado recém chegado. O aumento no número de fiéis e de romarias fez necessária a construção de um templo próprio para o Senhor do Bonfim –

fato que ocorreu em 1754, quando o santo ganha uma igreja na parte mais alta da região de Mont Serrat – mantendo-se na península de Itapagipe. A procura pela Igreja do Senhor do Bonfim cresceu progressivamente e, desde o início, as festas foram o ponto alto da devoção dos seus fiéis.

O ritual de “limpar” a igreja para as festas é uma antiga tradição portuguesa – lavar uma igreja em pagamento de graças alcançadas pelo santo padroeiro daquele lugar. Em Salvador, nas primeiras décadas do século XIX, senhoras que moravam nas proximidades dos templos, incorporaram esse hábito e na quinta-feira que antecedia o domingo de festa, reuniam-se para empreender a limpeza. No caso da festa em homenagem ao Senhor do Bonfim, este ritual cresceu rapidamente, agregando milhares de adeptos e transformando-se, inclusive, no ponto alto dos festejos ao santo. A cada ano, o espírito festivo no largo e no adro da igreja era maior, fazendo da ocasião uma manifestação cada vez mais popular. Durante as primeiras décadas do ritual, a lavagem ocorria no interior do templo. Enquanto isso, na área externa à igreja, o clima era carnavalesco – com rodas de samba, barracas de comida e bebida, jogos, pessoas dançando, interagindo e louvando o santo. Ainda, com a escravidão abolida, a população negra da cidade passou a participar da festa de forma maciça. Fato que acarretou a incorporação de uma série de ritos africanos à festa, como é o caso do sincretismo que os adeptos do candomblé traçam entre o Senhor do Bonfim e Oxalá até os dias de hoje.

Tudo isso, obviamente, incomodou diferentes grupos da sociedade baiana – principalmente aqueles mais conservadores, como o clero, a elite católica e as autoridades civis. Estes passaram a considerar a manifestação festivo-religiosa da Lavagem imoral, principalmente por ir no sentido contrário à ideia civilizatória planejada para a capital da Bahia. A partir desses impasses, importantes mudanças aconteceram na estrutura da festa, que teve seu público como principal protagonista na tarefa de fazê-la resistir.

Não cabe a este artigo enumerar as diversas transformações que compuseram a história da Lavagem do Bonfim ao longo dos seus mais de dois séculos de existência. Contudo, o nosso objetivo é ressaltar o quando essa manifestação atravessa, ainda, a história da cidade, remodelando-se continuamente frente a tantas adversidades presentes no curso da sua trajetória. Hoje, a Lavagem do Bonfim é considerada a

maior festa popular religiosa da Bahia e a segunda maior festa popular do estado – atrás apenas do carnaval. Não a toa, em janeiro de 2014 recebeu do Ministério da Cultura o título de Patrimônio Imaterial Nacional. Assim, a Lavagem configura-se como um rito que celebra a fé e a riqueza cultural da cidade, tendo em vista que reúne uma diversidade de manifestações ao longo do seu cortejo e, também, no entorno da Igreja onde acontece o ritual da lavagem das escadarias – a ala das baianas, os afoxés, blocos afro e de samba, fanfarras e bloquinhos de carnaval independentes compõem a festa, que surge como elemento tradutor da pluralidade cultural, característica do povo baiano e das suas formas de se expressar.

### **3. Festas populares religiosas e políticas culturais na Bahia**

A festa não é só um território de celebrações, mas também, e como consequência natural do seu processo, de conflitos. Assim, a modernidade apresenta um novo tipo de tensão para o campo festivo nacional, agora relacionado ao capitalismo e seus desdobramentos. Segundo Miguez (2012), a festa desloca-se do domínio de quem a organizava – a comunidade, e aloja-se no campo da cultura de massa. Como consequência dessa mudança, a festa passa para as mãos do empresariado do turismo e do entretenimento, que passa a caracterizá-la de forma ainda mais espetacularizada com objetivos comerciais de que ela transforme-se em um poderoso artifício midiático. E, como sabemos, essa estratégia deu certo – a festa configura-se como um lucrativo negócio, movimenta bilhões de reais, é um produto turístico cada vez mais atraente e passa a ser vista como um fenômeno de mídia, sendo campo de desejo de marcas que, percebendo sua força e penetração popular, querem de todo modo atrelar sua promoção a ela. Miguez (2012) ilustra este dilema muito bem:

Estabelece-se assim uma tensão que opõe Dionísio a Apolo; uma disputa entre a lógica dionisíaca da celebração da galhofa, do velho espírito dos carnavais que vem lá dos tempos medievais, e a lógica apolínea, de caráter mercantil-empresarial, mais própria dos tempos que correm. (MIGUEZ, 2012, p.209)

Neste novo cenário, a festa continua a expressar seu sentido simbólico, relacionado a identidades, valores e significados; mas agora também tem incorporada à sua natureza esta dimensão econômica. Aqui, mais uma vez deve-se ficar claro que é imprescindível que não se atribua apenas um valor comercial às festas. Esse seria o decreto do seu fim. Para não incorrer neste erro, deve-se levar em conta o conjunto de

elementos simbólico-representativos que a festa carrega consigo, buscando sempre um equilíbrio entre as duas naturezas que a compõe na contemporaneidade. Miguez (2012) sugere três caminhos que podem auxiliar no enfrentamento dos novos desafios que se impõe – o primeiro é a regulação do mercado da festa, com a criação de políticas que atendam de forma mais equilibrada e justa tanto as instituições mais poderosas como as manifestações mais populares; o segundo caminho é a própria organização, com a implantação de mecanismos de governança da festa, como, por exemplo, os Conselhos; o terceiro e último caminho proposto é a criação e difusão de políticas públicas de cultura para as festas e a promoção da sua diversidade.

Sobre este último item, o professor e atual Secretário de Cultura do Estado da Bahia, Albino Rubim (2011), afirma que as políticas culturais costumam não reconhecer as festas como elemento cultural relevante, tendendo a abandoná-las ou alocá-las em políticas que lhe atribuem demasiado aspecto mercantil e/ou clientelista. Diante disso, alerta para a urgência de se pensar e desenvolver um campo específico nas políticas públicas para atender a multiplicidade de dimensões das manifestações festivas.

Fundamental, portanto, um novo olhar e uma nova política para as festas. Uma atitude que não desconheça seus mais variados componentes, mas que tenha como horizonte preservar e promover o seu caráter cultural mais fundamental: a possibilidade de uma experiência, coletiva e individual, lúdica e singular, que expresse e mobilize corações e mentes. (RUBIM, 2011, *web*)

A gestão de Albino Rubim enquanto Secretário de Cultura do Estado da Bahia iniciou no ano de 2011. Nestes três primeiros anos no cargo, um fato destaca-se pela sua importância e responsabilidade com relação às festas populares da Bahia. Foi criado o Centro de Culturas Populares e Identitárias – que concretiza-se como uma consequência das defesas feitas pelo Secretário em relação ao assunto (abordamos acima). Assim, desde a sua criação, o Centro passou a concentrar todo o conjunto de discussões, projetos e ações da Secretaria no que diz respeito às festas. “Ele é um primeiro reconhecimento de que as festas, dada a relevância cultural, devem ter políticas culturais específicas.” (RUBIM, 2011, *web*)

Além de fomentar, preservar, promover e fortalecer as manifestações culturais, o Centro cuida das festas e celebrações populares, que na Bahia chegam a ter um alcance que impacta a economia e o turismo



do estado. O órgão ainda estuda e pesquisa essas culturas, através de relações produtivas e articulações com os respectivos meios acadêmicos estadual e federal. (SECRETARIA DE CULTURA DO ESTADO DA BAHIA, web)<sup>3</sup>

Esta preocupação da Secretaria, ilustrada pela criação do Centro de Culturas Populares e Identitárias, nos confirma que as festas têm sido um tema cada vez mais abordado por diferentes setores da sociedade, o que vem rompendo com o preconceito com que muitas vezes era encarada. “Por contraposição à visão preconceituosa, floresce uma nova disposição de encarar as festas e acolher toda a multiplicidade de fatores envolvidos nelas.” (RUBIM, 2011, web) Agora, elas exigem uma organização cada vez mais complexa e mais capacitada, demandam uma variedade grande de profissionais e, assim, passam a configurar-se, de forma cada vez mais sólida, como produtoras de emprego e renda. Cada vez mais, as festas – ocasiões tão essencialmente lúdicas e divertidas, são tratadas como um negócio sério. O despertar da Secretaria de Cultura da Bahia para estas representações culturais é essencial para que haja resistência das festas diante dos fenômenos contemporâneos, auxiliando, inclusive, na sua atualização e modernização frente ao novo contexto.

## REFERÊNCIAS

COUTO, Edilece Souza. *As lavagens nas festas católicas de Salvador-BA*. Ciências Humanas em Revista, São Luis, v.7, n.2, p. 1-8, junho. 2009.

\_\_\_\_\_. *Tempo de festas: homenagens a Santa Bárbara, Nossa Senhora da Conceição e Sant’Anna em Salvador (1860-1940)*. Salvador: EDUFBA, 2010.

FERRETI, Sergio F. Estudos sobre festas religiosas populares. In: RUBIM, Linda; MIRANDA, Nadja. *Estudos da Festa*. Salvador: EDUFBA, 2012, p. 17-32.

GUIMARÃES, Eduardo Alfredo Moraes. *Lavagem do Bonfim: entre a produção e a invenção da festa*. Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade, Salvador, v.12, n.19, p. 135-146, jan/jun. 2003.

MENDONÇA, Célida Salume. *De olho na Lavagem do Bonfim: a transfiguração de uma festa*. Caderno do JIPE-CIT – Grupo Interdisciplinar de Pesquisa e Extensão em Contemporaneidade, Imaginário e Teatralidade, Salvador, v.1, n.20, mai. 2008.

MIGUEZ, Paulo César. *A organização da cultura na “Cidade da Bahia”*. Salvador: Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia (UFBA), 2002.

---

<sup>3</sup> Disponível no link <http://www.cultura.ba.gov.br/a-secretaria/unidades/centro-de-culturas-populares-e-identitarias-ccpi/>. Acesso em 12 abr. 2014.





\_\_\_\_\_. A festa: inflexões e desafios contemporâneos. *In*: RUBIM, Linda; MIRANDA, Nadja. *Estudos da Festa*. Salvador: EDUFBA, 2012, p. 205-216.

PEREZ, Léa Freitas. *Dionísio nos trópicos: festa religiosa e barroquização no mundo. Por uma antropologia das efervescências coletivas*. 2000. Disponível em: <<http://www.antropologia.com.br>>. Acesso em 16 mai. 2013.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas Culturais e Festas. 2011. Disponível em: <<http://www.cultura.ba.gov.br/2011/07/04/politicas-culturais-e-festas/>>. Acesso em 16 ago. 2013.

SANTANA, Mariely Cabral de. *A alma e festa de uma cidade: devoção e construção da Colina do Bonfim*. Salvador: EDUFBA, 2009.

\_\_\_\_\_. É dia de festa na Bahia: homenagens, ritos e construção da devoção do Senhor do Bonfim. *In*: RUBIM, Linda; MIRANDA, Nadja. *Estudos da Festa*. Salvador: EDUFBA, 2012, p. 133-162.

SECRETARIA DE CULTURA DO ESTADO DA BAHIA. Disponível em: <http://www.cultura.ba.gov.br/a-secretaria/unidades/centro-de-culturas-populares-e-identitarias-ccpi/>. Acesso em 12 abr. 2014.

SERRA, Ordep. *Rumores da Festa: o sagrado e o profano na Bahia*. 2 ed. Salvador: EDUFBA, 2009.

TINHORÃO, José Ramos. *As festas no Brasil Colonial*. São Paulo: Ed. 34, 2000.